

Voto no Tribunal censurou a CPI

O que o advogado Ennio Bastos diz em relação aos métodos de investigação empregados pela CPI da Grilagem encontra apoio numa decisão do Tribunal de Justiça no julgamento de dois mandados de segurança, impetrados por pessoas que se sentiram atingidas. A seguir, trechos do despacho do desembargador Carlos Augusto Faria, então presidente do TJ:

“Nesse episódio todo em que as liberdades individuais e o direito de propriedade foram violados, e em que o direito à privacidade doméstica foi desrespeitado, o que de mais marcante me ficou foi, infelizmente, a perda da oportunidade pelo Ministério Público para defender o cidadão de tanta violência que foi praticada. Em todos os casos que tramitaram por aqui, o Ministério Público sempre defendeu o trabalho arbitrário, atrabiliário, tirânico e ilegal, praticado por aquele ajuntamento de cidadãos elevados a cargos públicos

Isso não pode deixar de ficar consignado na história do Tribunal, e talvez até dolosamente registrado na história do Ministério Público porque, ainda que o Ministério Público como instituição, na sua totalidade não se tenha comprometido, uns poucos de seus membros comprometeram-se irremediavelmente, mancomunaram-se, diria até, com aquele trabalho espúrio, realizado por aqueles senhores detentores de mandatos delegados pelo povo.

Penso, como o eminente relator, que as Comissões Parlamentares de Inquérito tem poderes investigatórios nos limites das atribuições legislativas da Casa Política e isto, na prática, tem sido violado vez por outra”. (J.V.)